

DOSIMETRIA

Reações à suspensão da lei

Pré-candidatos da direita, Flávio Bolsonaro, Ronaldo Caiado e Romeu Zema criticam a decisão do ministro do STF, enquanto parlamentares governistas defendem suspensão da norma aprovada pelo Congresso

» ALÍCIA BERNARDES

A suspensão da Lei da Dosimetria pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes provocou reação imediata entre nomes cotados para a disputa presidencial de 2026. Lideranças da direita e de centro-direita criticaram a decisão monocrática do magistrado, enquanto integrantes da base governista e parlamentares alinhados ao PT defenderam a medida adotada pelo Supremo.

A decisão de Moraes suspendeu temporariamente a aplicação da norma ao analisar pedidos de revisão apresentados por condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023. O ministro argumentou que existem ações diretas de inconstitucionalidade em tramitação no STF e que a análise definitiva da validade da lei deve ocorrer no plenário da Corte. Até lá, os efeitos da norma ficam interrompidos.

O senador Flávio Bolsonaro, apontado como um dos possíveis nomes do PL para a corrida presidencial, classificou a medida como uma “canetada monocrática” e acusou Moraes de desrespeitar a decisão do Congresso Nacional. Segundo ele, a suspensão amplia o que considera uma interferência do Judiciário sobre atribuições do Legislativo. A declaração foi feita durante agenda partidária em Santa Catarina.

Na mesma linha, o ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado afirmou que a suspensão da norma representa “um ataque à democracia e à separação dos Poderes”. Em publicação nas redes sociais, Caiado declarou que Moraes “ultrapassa os limites da relação institucional” e contribui para aprofundar a polarização política no país.

“O debate permanente sobre o 8 de janeiro condena o Brasil a não ter futuro”, afirmou o ex-governador, ao criticar o que chamou de “jogo de gato e rato” entre Congresso e STF. Caiado também ressaltou que a lei havia sido aprovada por ampla maioria parlamentar antes de ser suspensa pelo ministro.

O ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema também utilizou as redes sociais para atacar a decisão do STF. Zema afirmou que “o voto do brasileiro já não vale mais nada” e acusou Moraes de atropelar o Congresso Nacional. “Um juiz, que se considera intocável, atropela o Congresso e fere mais uma vez a democracia brasileira”, escreveu.

O mineiro voltou a defender o impeachment de ministros do Supremo e afirmou ter sido o primeiro governador a apoiar formalmente um pedido de afastamento de Moraes. Em outra publicação, pressionou o Senado a reagir contra o que chamou de decisões

Rosinei Coutinho/STF



Ministro Alexandre de Moraes freiou norma enquanto Corte analisa a constitucionalidade da medida

“autoritárias”. “Chega de intocáveis”, declarou.

A Lei da Dosimetria foi promulgada pelo Congresso após a derrubada de veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O texto previa mudanças nos critérios de dosimetria das penas aplicadas aos condenados pelos ataques de 8 de janeiro, abrindo caminho para revisão e eventual redução de punições impostas a parte dos réus.

Na decisão, Moraes afirmou que a existência de ações apresentadas pela federação PSol-Rede e pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) configura um “fato processual novo e relevante”, justificando a suspensão imediata da norma até julgamento definitivo pelo STF.

Congresso

A medida também dividiu parlamentares no Congresso Nacional. O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) criticou a decisão e afirmou que a vontade de deputados e senadores foi anulada por “uma única canetada”. “Um homem manda no país”, escreveu o parlamentar.

A deputada Caroline De Toni (PL-SC) também questionou a decisão do ministro e afirmou haver incoerência no argumento de que o tema precisaria ser analisado coletivamente pelo plenário do Supremo. Segundo ela, decisões individuais são aceitas quando entra da norma até julgamento definitivo pelo STF.

tratam da redução de penas.

Do lado governista, a ex-ministra Gleisi Hoffmann defendeu a suspensão da norma e afirmou que o Congresso não poderia impor mudanças que, segundo ela, favoreceriam envolvidos nos atos golpistas. “O acordão para beneficiar Jair Bolsonaro e seus cúmplices não está acima da Constituição”, escreveu.

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) também celebrou a decisão de Moraes e afirmou que o STF impediu a aplicação imediata de uma lei criada “com destinatário certo”. Para o parlamentar, houve articulação entre setores da extrema-direita e do Centrão para reduzir penas dos condenados pelos ataques às sedes dos Três Poderes.

Prazo de cinco dias

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes solicitou, no sábado, informações ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Congresso Nacional nas ações contra a Lei da Dosimetria. Moraes deu cinco dias para responderem sobre as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7966 e 7967, ajuizadas na sexta-feira pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e pela federação partidária PSol-Rede.

Moraes, que foi sorteado como relator das ações que questionam a validade da lei, ouvirá na sequência a Advocacia-Geral da União (AGU) e, depois, a Procuradoria-Geral da República (PGR), que terão prazo de três dias cada para se manifestar. O rito adotado pelo relator está previsto no artigo 10 da Lei das ADIs.

Atos golpistas

A Lei, aprovada no ano passado, permite a redução de penas de condenados pelos ataques de 8 de janeiro de 2023, que inclui a pena ao ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado a mais de 27 anos de prisão. O questionamento das entidades é justamente sobre a alteração de dispositivos da Lei de Execução Penal e do Código Penal.

PSol-Rede e ABI argumentam que a lei cria tratamento executório mais favorável para crimes voltados à ruptura institucional.

60 ANOS DE MUITAS HISTÓRIAS E MUITOS FUTUROS.

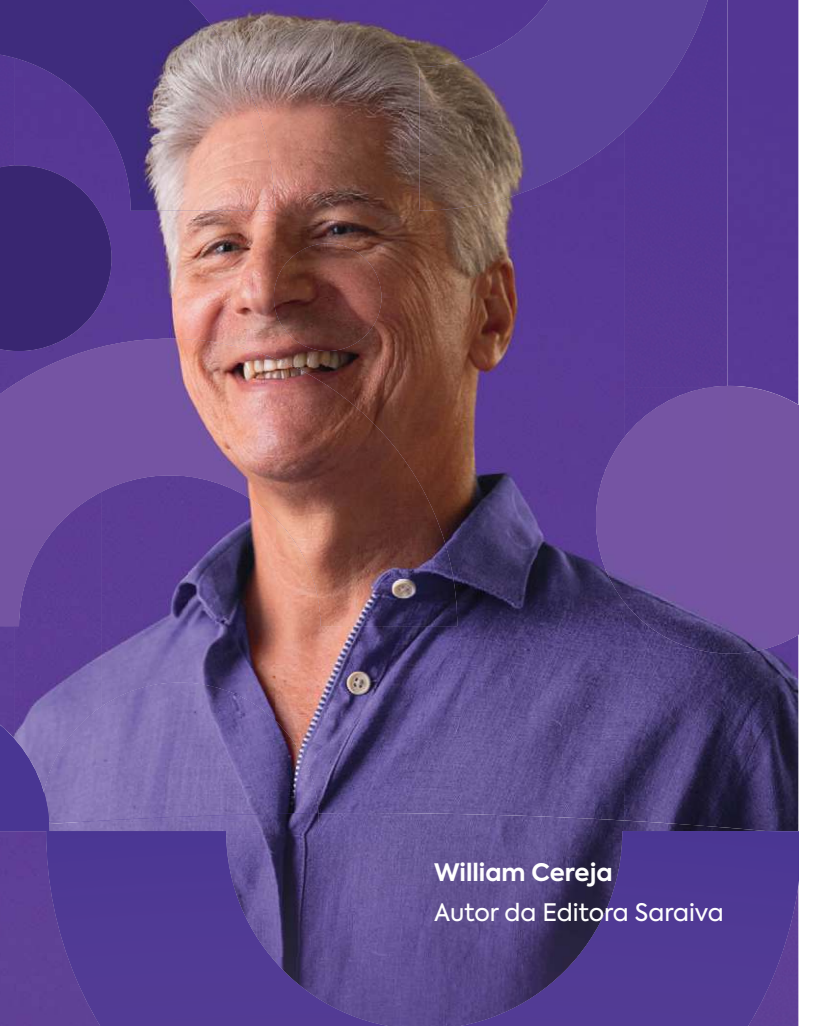
A Cogna Educação soma seis décadas de protagonismo no setor, sendo a maior e mais completa organização de serviços educacionais do Brasil. Com um portfólio que abrange todas as fases da vida, dos 2 aos 100 anos, impactamos a jornada de mais de 24 milhões de alunos.

O QUE ESSA CONSTRUÇÃO TORNOU POSSÍVEL

Presença em todos os estados brasileiros e em mais de 5 mil municípios.

Mais de 30 milhões de livros distribuídos por ano.

Tecnologia aplicada à aprendizagem de 1 em cada 4 alunos da rede privada.

William Cereja
Autor da Editora Saraiva

A Cogna reúne mais de 60 marcas educacionais que ajudaram a construir a educação brasileira, conectando diferentes legados e especialidades.

ALTA PERFORMANCE E MÉTODO COMPROVADO



TRADIÇÃO E QUALIDADE EDITORIAL



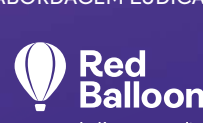
LIVROS DIDÁTICOS E FORMAÇÃO CIDADÃ



ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E EMPREGABILIDADE



APRENDIZAGEM DESDE A INFÂNCIA, COM ACOLHIMENTO E ABORDAGEM LÚDICA



EXCELÊNCIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES



+60



cogna60anos.com.br



MUITAS HISTÓRIAS. MUITOS FUTUROS.

cogna
EDUCAÇÃO